



## COMISSÃO DE TRABALHO E SEGURANÇA SOCIAL

### ATA NÚMERO 26/XIV/1.ª SL

Aos 17 dias do mês de junho de 2020, pelas 10:30 horas, reuniu a Comissão de Trabalho e Segurança Social, na sala 1 do Palácio de São Bento, em formato presencial e de videoconferência, e na presença das Senhoras e dos Senhores Deputados constantes da folha de presenças que faz parte integrante desta ata, com a seguinte Ordem do Dia:

#### 10:30 I Parte

1. **Apreciação e votação da ata da reunião n.º 24, de 8 de junho;**
2. **Distribuição de iniciativas legislativas - designação do Deputado autor do parecer e deliberação da submissão a apreciação pública ou de eventuais consultas a realizar;**
3. **Análise e decisão sobre o escrutínio de iniciativas europeias sinalizadas pela Comissão de Assuntos Europeus, em especial:**
  - **COM(2020)206 - «Proposta de REGULAMENTO DO PARLAMENTO EUROPEU E DO CONSELHO que altera o Regulamento (UE) n.º 1303/2013 no que respeita aos recursos para a dotação específica destinada à Iniciativa para o Emprego dos Jovens» (a remeter à CAE até quarta-feira, 1 de julho);**  
Relator: Grupo Parlamentar do PS;
  - **COM(2020)441 - «Proposta de REGULAMENTO DO CONSELHO que cria um Instrumento de Recuperação da União Europeia para apoiar a recuperação na sequência da pandemia de COVID-19» (sem prazo);**  
Relator: Grupo Parlamentar do PSD;
  - **COM(2020)447 - «Proposta alterada de REGULAMENTO DO PARLAMENTO EUROPEU E DO CONSELHO que estabelece o Fundo Social Europeu Mais (FSE+)» (a remeter à CAE até quarta-feira, 1 de julho);**  
Relator: Grupo Parlamentar do PS;
4. **Nova apreciação na generalidade (com eventual apreciação e votação de propostas para aprovação de texto de substituição da Comissão) dos Projetos de Resolução n.º 409/XIV/1.ª (BE) - «Garante que as crianças cujos pais perderam rendimentos não são excluídas das creches, protegendo as famílias afetadas e os profissionais», 421/XIV/1.ª (PEV) - «Define medidas excecionais relativas ao pagamento de creches no período de influência da Covid-19» e 423/XIV/1.ª (PAN) - «Reforça a proteção das famílias com dependentes matriculados em creches e jardins de infância e garante a sustentabilidade destes equipamentos educativos», que baixaram sem votação à Comissão por 30 dias, até 6 de junho de 2020;**
5. **Discussão dos Projetos de Resolução n.º 413/XIV/1.ª (CDS-PP) - «Apoios específicos para o concelho de Ovar no âmbito das medidas excecionais e temporárias relativas à situação epidemiológica do COVID 19», 403/XIV/1.ª (PSD) - «Recomenda ao Governo a adoção de medidas excecionais de apoio social e recuperação económica para o município de Ovar, relativas à situação epidemiológica do novo coronavírus - COVID 19» e 393/XIV/1.ª (BE) - «Programa extraordinário de recuperação económica e social para o município de Ovar relativamente à pandemia Covid-19»;**



## COMISSÃO DE TRABALHO E SEGURANÇA SOCIAL

### ATA NÚMERO 26/XIV/1.ª SL

6. **Discussão do Projeto de Resolução n.º 502/XIV/1.ª (BE) - «Medidas extraordinárias de combate à pobreza infantil»;**

7. **Fixação da redação final do Projeto de Resolução n.º 482/XIV/1.ª (BE) - «Promove a igualdade e valoriza os salários dos trabalhadores das IPSS's»;**

8. **Apreciação e votação do relatório final da Petição n.º 637/XIII/4.ª, da iniciativa do Sindicato Nacional dos Trabalhadores dos Correios e Telecomunicações e outros (5188 assinaturas) - «Solicitam que a profissão de carteiro seja qualificada como de desgaste rápido»;**

**Deputada relatora: Isabel Pires (BE);**

9. **Outros assuntos.**

**12:00 II Parte**

**Audição de representantes de trabalhadores precários da Casa da Música, no seguimento de requerimento apresentado pelo GP do BE (em conjunto com a Comissão de Cultura e Comunicação).**

---

**10:30 I Parte**

O Senhor Presidente da Comissão de Trabalho e Segurança Social, Deputado Pedro Roque, deu início à reunião, cumprimentando os Senhores Deputados presentes na sala e os que participavam na reunião por via eletrónica, e recordando que às 12 horas se iniciaria a audição de representantes de trabalhadores da Casa da Música. Posto isto, entrou-se na apreciação da Ordem do Dia, nos seguintes termos:

**1. Apreciação e votação da ata da reunião n.º 24, de 8 de junho;**

A ata em questão foi aprovada por unanimidade, registando-se as ausências dos GP do BE e do PAN.

**2. Distribuição de iniciativas legislativas - designação do Deputado autor do parecer e deliberação da submissão a apreciação pública ou de eventuais consultas a realizar;**

O GP do PSD designou a Senhora Deputada Olga Silvestre como autora do parecer do Projeto de Lei n.º 448/XIV/1.ª (PS) - «Introduz uma norma interpretativa do artigo 285.º do Código do Trabalho, tornando obrigatória a sua aplicação à adjudicação, por concurso público, de prestações de serviços públicos», em conjunto com o Projeto de Lei n.º 414/XIV/1.ª (BE) - «Densifica o regime jurídico aplicável à transmissão de empresa ou estabelecimento clarificando a sua aplicação nas situações de



## COMISSÃO DE TRABALHO E SEGURANÇA SOCIAL

### ATA NÚMERO 26/XIV/1.ª SL

fornecimento de serviços de vigilância, alimentação ou limpeza (16.ª alteração do Código do Trabalho)», que já havia sido distribuído na reunião da semana anterior.

#### **3. Análise e decisão sobre o escrutínio de iniciativas europeias sinalizadas pela Comissão de Assuntos Europeus, em especial:**

- COM(2020)206 - «Proposta de REGULAMENTO DO PARLAMENTO EUROPEU E DO CONSELHO que altera o Regulamento (UE) n.º 1303/2013 no que respeita aos recursos para a dotação específica destinada à Iniciativa para o Emprego dos Jovens» (a remeter à CAE até quarta-feira, 1 de julho);  
Relator: Grupo Parlamentar do PS;

- COM(2020)441 - «Proposta de REGULAMENTO DO CONSELHO que cria um Instrumento de Recuperação da União Europeia para apoiar a recuperação na sequência da pandemia de COVID-19» (sem prazo);  
Relator: Grupo Parlamentar do PSD;

- COM(2020)447 - «Proposta alterada de REGULAMENTO DO PARLAMENTO EUROPEU E DO CONSELHO que estabelece o Fundo Social Europeu Mais (FSE+)» (a remeter à CAE até quarta-feira, 1 de julho);  
Relator: Grupo Parlamentar do PS;

A Comissão decidiu proceder ao escrutínio das iniciativas europeias elencadas, e ainda da COM(2020)233 - «Proposta de REGULAMENTO DO PARLAMENTO EUROPEU E DO CONSELHO que altera o Regulamento (UE) 2016/1628 no que diz respeito às suas disposições transitórias para reagir aos efeitos da crise do COVID-19» (a remeter à CAE até quarta-feira, 1 de julho), que apenas havia sido remetida pela Comissão de Assuntos Europeus na véspera, sendo designada como relatora a Senhora Deputada Cristina Moreira (PS), que se somou às restantes nomeações: as Senhoras Deputadas Maria Joaquina Matos (PS) e Lina Lopes (PSD), respetivamente, para a COM(2020)206 e para a COM(2020)441, e o Senhor Deputado Tiago Barbosa Ribeiro (PS) para a COM(2020)447.

**4. Nova apreciação na generalidade (com eventual apreciação e votação de propostas para aprovação de texto de substituição da Comissão) dos Projetos de Resolução n.º 409/XIV/1.ª (BE) - «Garante que as crianças cujos pais perderam rendimentos não são excluídas das creches, protegendo as famílias afetadas e os profissionais», 421/XIV/1.ª (PEV) - «Define medidas excecionais relativas ao pagamento de creches no período de influência da Covid-19» e 423/XIV/1.ª (PAN) - «Reforça a proteção das famílias com dependentes matriculados em creches e jardins de infância e garante a sustentabilidade destes equipamentos educativos», que baixaram sem votação à Comissão por 30 dias, até 6 de junho de 2020;**

Atendendo a que não se encontrava presente nenhum dos proponentes dos projetos de resolução enumerados, o Senhor Presidente propôs o adiamento deste ponto até à



## COMISSÃO DE TRABALHO E SEGURANÇA SOCIAL

### ATA NÚMERO 26/XIV/1.ª SL

chegada de, pelo menos, um dos autores, o que foi aceite por todos os Grupos Parlamentares.

**5. Discussão dos Projetos de Resolução n.º 413/XIV/1.ª (CDS-PP) - «Apoios específicos para o concelho de Ovar no âmbito das medidas excecionais e temporárias relativas à situação epidemiológica do COVID 19», 403/XIV/1.ª (PSD) - «Recomenda ao Governo a adoção de medidas excecionais de apoio social e recuperação económica para o município de ovar, relativas à situação epidemiológica do novo coronavírus - COVID 19» e 393/XIV/1.ª (BE) - «Programa extraordinário de recuperação económica e social para o município de Ovar relativamente à pandemia Covid-19»;**

A discussão dos projetos de resolução em epígrafe desenvolveu-se nos termos que constam da respetiva informação, para os quais se remete, e que aqui se dão por reproduzidos, registando-se as intervenções dos Senhores e das Senhoras Deputadas Carla Madureira (PSD), João Pinho de Almeida (CDS-PP), José Moura Soeiro (BE), Hugo Oliveira (PS) e Diana Ferreira (PCP), tendo todos os intervenientes convergido no propósito de procurar um texto comum que agregasse as medidas propugnadas, e que tivesse em conta as alterações entretanto verificadas nesta matéria, desde a apresentação das iniciativas. O Senhor Presidente associou-se às preocupações manifestadas pelos Grupos Parlamentares, recordando que o plano de atividades aprovado no início da Legislatura previa uma visita institucional da Comissão ao distrito de Aveiro, em particular ao município de Ovar, fazendo votos que fosse possível concretizar essa deslocação na segunda Sessão Legislativa.

Tendo em conta a chegada do Senhor Deputado José Moura Soeiro (BE), o Senhor Presidente propôs que se retomasse a análise do ponto quarto, questionando-o se o GP do BE tinha logrado uma proposta conjunta de texto de substituição com os restantes proponentes, os GP do PAN e do PEV, ao que o Senhor Deputado José Moura Soeiro (BE) respondeu que ainda não havia acordo escrito para apresentação dessa proposta na Comissão, e que a faria chegar ao conhecimento dos restantes Grupos Parlamentares com a maior brevidade possível.

A este propósito, o Senhor Deputado João Pinho de Almeida (CDS-PP) sugeriu que este ponto só voltasse a ser incluído numa futura Ordem do Dia quando já existisse formalmente uma proposta comum de texto dos proponentes, o que mereceu a concordância do Senhor Presidente, que ainda assim afirmou acreditar que este assunto pudesse ser tratado de forma definitiva já na reunião da próxima semana.



## COMISSÃO DE TRABALHO E SEGURANÇA SOCIAL

### ATA NÚMERO 26/XIV/1.<sup>a</sup> SL

#### **6. Discussão do Projeto de Resolução n.º 502/XIV/1.<sup>a</sup> (BE) - «Medidas extraordinárias de combate à pobreza infantil»;**

A Senhora Deputada Diana Ferreira (PCP) comunicou que já havia transmitido ao GP proponente a intenção de pedir o adiamento da discussão desta iniciativa, ficando assim este ponto agendado para a reunião ordinária da semana seguinte.

#### **7. Fixação da redação final do Projeto de Resolução n.º 482/XIV/1.<sup>a</sup> (BE) - «Promove a igualdade e valoriza os salários dos trabalhadores das IPSS's»;**

O GP do BE salientou que a proposta de redação final apresentada não introduzira alterações substanciais, manifestando a sua concordância, e aproveitando para recordar que, no momento em que o Governo criara um grupo de trabalho para apreciar esta matéria, era importante incluir uma referência expressa aos trabalhadores das Instituições Particulares de Solidariedade Social (IPSS).

Desta forma, a redação final foi fixada por unanimidade nos termos propostos, registando-se a ausência do GP do PAN.

#### **8. Apreciação e votação do relatório final da Petição n.º 637/XIII/4.<sup>a</sup>, da iniciativa do Sindicato Nacional dos Trabalhadores dos Correios e Telecomunicações e outros (5188 assinaturas) - «Solicitam que a profissão de carteiro seja qualificada como de desgaste rápido»;**

**Deputada relatora: Isabel Pires (BE);**

Dada a ausência da Senhora Deputada relatora, a participar nos trabalhos da 6.<sup>a</sup> Comissão, o Senhor Deputado José Moura Soeiro (BE) apresentou em seu nome o relatório relativo à petição em epígrafe, dando nota que esta visava o reconhecimento do desgaste rápido da profissão de carteiro, aludindo de forma sucinta à clareza do seu objeto, e recordando que os representantes dos peticionários haviam sido recebidos na Assembleia da República, a 11 de dezembro de 2019, e também que o pedido de informações sobre esta temática, dirigido à Senhora Ministra do Trabalho, Solidariedade e Segurança Social (MTSSS), não obtivera resposta até aquele momento. Conclui que o relatório deveria ser remetido ao Senhor Presidente da Assembleia da República, com vista ao agendamento do debate da petição em Plenário.

Submetido a votação, o relatório foi aprovado por unanimidade, registando-se a ausência do GP do PAN.



## COMISSÃO DE TRABALHO E SEGURANÇA SOCIAL

### ATA NÚMERO 26/XIV/1.<sup>a</sup> SL

#### 9. Outros assuntos.

Neste último ponto da Ordem de Trabalhos, o Senhor Presidente deu conta que a audição da Senhora Inspetora-Geral da Autoridade para as Condições do Trabalho estava confirmada para a quarta-feira seguinte, 24 de junho, com início às 9 horas, e nos moldes já anteriormente acertados, sendo a terceira ronda, relativa à situação laboral da Casa da Música, conjunta com a Comissão de Cultura e Comunicação.

Por outro lado, o Senhor Presidente submeteu igualmente à consideração da Comissão um eventual pedido de redistribuição à Comissão de Orçamento e Finanças do Projeto de Lei n.º 413/XIV/1 (PAN) - «Assegura um tratamento justo aos bombeiros voluntários (Procede à alteração do Decreto-Lei n.º 442-A/88, de 30 de novembro, do Decreto-Lei n.º 87/2019, de 2 de julho, e do Decreto-Lei n.º 55/2006, de 15 de março)», que baixara sem votação à CTSS, apesar de ter sido discutido em Plenário em conjunto com a Proposta de Lei n.º 15/XIV/1.<sup>a</sup> (ALRAM), sobre o mesmo assunto, que baixou igualmente sem votação, mas à COF, não se tendo verificado a oposição de nenhum dos presentes, e tendo o Senhor Presidente informado que se recolhera previamente a anuência do GP proponente, que naquela altura se encontrava ausente da reunião.

De seguida, o Senhor Presidente informou que se realizaria na sexta-feira seguinte, 19 de junho, pelas 15 horas, a audição das Senhoras e dos Senhores Secretários de Estado do Ministério do Trabalho, Solidariedade e Segurança Social na Sala do Senado, no âmbito da apreciação na especialidade do Orçamento Suplementar para 2020. A reunião seria organizada pela Comissão de Orçamento e Finanças, que convidara a 10.<sup>a</sup> Comissão a estar presente.

Destarte, foi igualmente comunicado que o Gabinete da Senhora MTSSS solicitara via Secretaria de Estado dos Assuntos Parlamentares (SEAP) o adiamento da audição regimental aprazada para 1 de julho, para a quarta-feira seguinte, 8 de julho, em função de um compromisso de agenda imprevisto e inadiável, o que também mereceu a concordância de todos os Senhores Deputados.



## COMISSÃO DE TRABALHO E SEGURANÇA SOCIAL

### ATA NÚMERO 26/XIV/1.ª SL

A propósito do novo adiamento para terça-feira, 7 de julho, da Conferência «Diagnóstico e perspetivas ao nível do emprego e das necessidades sociais resultantes da pandemia SARS-COV-2», que também não recolheu objeções, o Senhor Presidente anunciou que a Senhora MTSSS confirmara já a sua presença, bem como os demais convidados via SEAP, complementando que se prosseguiria com as diligências necessárias para a concretização da iniciativa, em formato presencial e de videoconferência.

Quanto à audição da Senhora Presidente da Comissão Nacional de Promoção dos Direitos e Proteção das Crianças e Jovens (CNPDPJ), foi relatado que já se endereçara um convite para a sua concretização na terça-feira, 30 de junho, com início às 10h15. Neste âmbito, o Senhor Deputado José Moura Soeiro (BE) questionou se a audição seria articulada com a 1.ª Comissão, tendo a Senhora Deputada Lina Lopes (PSD) esclarecido que seria concretizada em conjunto com a Subcomissão para a Igualdade e Não Discriminação (SIND) da 1.ª Comissão, por si presidida, que já tinha aprovado previamente um requerimento que visava precisamente a audição da Senhora Presidente da CNPDPCJ, utilizando-se a grelha de tempos conjunta que já fora distribuída por todos.

Por último, a Senhora Deputada Clara Marques Mendes (PSD) aproveitou para perguntar sobre a retoma da atividade do Grupo de Trabalho – Audiências, respondendo o Senhor Presidente que, não se registando nenhum impedimento, este poderia reunir em função da vontade dos Grupos Parlamentares, respeitando as regras sanitárias em vigor.

Concluída a I Parte da reunião, os trabalhos foram provisoriamente suspensos, antes do início da audição subsequente.

#### **12:00 II Parte**

**Audição de representantes de trabalhadores precários da Casa da Música, no seguimento de requerimento apresentado pelo GP do BE (em conjunto com a Comissão de Cultura e Comunicação).**

Com a retoma dos trabalhos, o Senhor Presidente cumprimentou e deu as boas-vindas aos representantes de trabalhadores precários da Casa da Música ali



## COMISSÃO DE TRABALHO E SEGURANÇA SOCIAL

### ATA NÚMERO 26/XIV/1.ª SL

presentes, designadamente Ana Bento (Música-formadora do Serviço Educativo), André Silva (Técnico de palco), Catarina Valadas (Música-formadora do Serviço Educativo), Fernando Pires de Lima (Editor e Promotor do abaixo-assinado), Hugo Veludo (Assistente de Sala), José Brito (Técnico de Palco) e Teresa Aguiar (Guia), mencionando que a presente audição era realizada em conjunto pela 10.ª e pela 12.ª Comissão, no âmbito do requerimento apresentado pelo GP do BE sobre a situação laboral na Casa da Música, descrevendo a metodologia adotada e dando a palavra ao Senhor Deputado José Moura Soeiro (BE), para apresentação do referido requerimento, a que se seguiu a intervenção inicial de Fernando Pires de Lima, editor e promotor do abaixo-assinado subscrito por trabalhadores da instituição.

Na ronda única de intervenções usaram da palavra as Senhoras e os Senhores Deputados Eduardo Barroco de Melo (PS), Paulo Rios de Oliveira (PSD), José Moura Soeiro (BE), Diana Ferreira (PCP), João Pinho de Almeida (CDS-PP) e Bebiana Cunha (PAN), esta última por videoconferência. Antes de iniciar a sua intervenção, o Senhor Deputado Paulo Rios de Oliveira (PSD) interpelou a mesa sobre a representação assumida pelos trabalhadores ali presentes de outros trabalhadores da Casa da Música, tendo em conta as exposições entretanto recebidas a esse respeito pelas Comissões, tendo o Senhor Presidente elucidado que a CTSS recebera uma procuração em que os 10 (dez) signatários mandatavam um dos presentes, Hugo Veludo, para os representar nesta audição, acrescentando que não existia aqui uma representação orgânica, visto que a Comissão de Trabalhadores se encontrava sem atividade, e tendo sido utilizada a expressão constante do requerimento aprovado por unanimidade na Comissão: «representantes dos trabalhadores precários (da Casa da Música)».

Concluídas as perguntas dos Grupos Parlamentares, os trabalhadores ali presentes responderam de forma sucessiva, pela seguinte ordem: Fernando Pires de Lima (Editor e Promotor do abaixo-assinado), André Silva (Técnico de palco), Hugo Veludo (Assistente de Sala), José Brito (Técnico de Palco), Catarina Valadas (Música-formadora do Serviço Educativo) e Teresa Aguiar (Guia), apresentando igualmente os seus testemunhos pessoais sobre a situação ali em apreço.

Finalizadas as intervenções dos convidados, tomou ainda da palavra o Senhor Deputado José Moura Soeiro (BE), questionando o aparente desequilíbrio entre as



## COMISSÃO DE TRABALHO E SEGURANÇA SOCIAL

### ATA NÚMERO 26/XIV/1.ª SL

grelhas utilizadas na audição desse dia e na do dia anterior, do Conselho de Administração da Casa da Música, sendo clarificado que as grelhas aplicadas haviam sido previamente divulgadas por todos os Grupos Parlamentares, que não as contestaram, mas também a Senhora Deputada Ana Mesquita (PCP) e o Senhor Deputado Eduardo Barroco de Melo (PS), que apelaram à remessa à Comissão de contributos escritos destes trabalhadores, assim como de relatos de outros trabalhadores que se encontrassem na mesma situação. Por fim, o Senhor Presidente sublinhou que a 10.ª Comissão estaria sempre disponível para receber as exposições que lhe entendessem endereçar, que seriam distribuídas por todos os seus membros.

A [audição](#) foi gravada em suporte [vídeo](#) e [áudio](#), constituindo a gravação parte integrante desta ata, pelo que se dispensa o seu desenvolvimento aprofundado nesta sede.

Nada mais havendo a tratar, a reunião foi encerrada às 13:50 horas, dela se tendo lavrado a presente ata, a qual, depois de lida e aprovada, será devidamente assinada.

Palácio de São Bento, 17 de junho de 2020.

O PRESIDENTE DA COMISSÃO



Pedro Roque



## COMISSÃO DE TRABALHO E SEGURANÇA SOCIAL

### ATA NÚMERO 26/XIV/1.ª SL

#### Folha de Presenças

Estiveram presentes nesta reunião os seguintes Senhores Deputados:

Carla Barros  
Catarina Marcelino  
Clara Marques Mendes  
Cristina Sousa  
Diana Ferreira  
Eduardo Barroco de Melo  
Emília Cerqueira  
Fernando José  
Helga Correia  
Isabel Pires  
João Paulo Pedrosa  
João Pinho de Almeida  
José Moura Soeiro  
Lina Lopes  
Luís Soares  
Marina Gonçalves  
Marta Freitas  
Nuno Sá  
Ofélia Ramos  
Pedro Rodrigues  
Pedro Roque  
Tiago Barbosa Ribeiro  
Ana Mesquita  
Bebiana Cunha  
Carla Borges  
Carla Madureira  
Carla Sousa  
Cristina Moreira  
Eduardo Teixeira  
Firmino Marques  
Hugo Oliveira  
Mara Coelho  
Maria da Graça Reis  
Maria Germana Rocha  
Maria Joaquina Matos  
Olga Silvestre  
Paulo Porto  
Paulo Rios de Oliveira  
Pedro Cegonho  
Sandra Pereira  
Sara Velez

Faltaram os seguintes Senhores Deputados:



**COMISSÃO DE TRABALHO E SEGURANÇA SOCIAL**

**ATA NÚMERO 26/XIV/1.ª SL**

Estiveram ausentes em Trabalho Parlamentar os seguintes Senhores Deputados:

Inês de Sousa Real